

CIDADANIA EUROPEIA: A CONSTRUÇÃO DE UM PROJECTO

Sob a égide da universidade de Paris XII, será apresentado, em Novembro, à consideração de Bruxelas um projecto de criação de uma rede de excelência subordinado ao tema *Mère patrie, mère d'accueil: vers une (re)définition de la citoyenneté européenne*. A dinâmica deste projecto tem por base um encontro realizado na Universidade de Paris XII, no início de Outubro, em que estiveram presentes representantes de diversas Universidades europeias, desde as portuguesas até às polacas e romenas. E, a comprovar o dinamismo de que se revestiu esta proposta, alguns países estão representados por mais do que uma Universidade, como sucede com Portugal, Espanha, ou França.

Importa, contudo, explicitar em que consiste esta proposta que tão facilmente obteve apoios extra-fronteiras. O primeiro aspecto a ter em conta é o facto inegável do alargamento da União Europeia e de todas as alterações que daí poderão advir. Longe vão os tempos da CEE, em que a congregação dos interesses dos Estados participantes parecia limitar-se ao aspecto económico. Em menos de duas décadas a evolução foi tal que de uma união económica se passou a uma união política, cada vez maior e mais próxima de um conjunto de estados federados. É indubitável que tudo isto terá reflexos, tanto ao nível da UE, como ao nível de cada uma das nações a ela pertencentes. À semelhança do mundo helenístico criado por Alexandre (perdoe-se-me o anacronismo!) as fronteiras diluem-se, dando lugar a uma cidadania europeia.

Aqui, porém, surge uma questão relevante: até que ponto será possível uma cidadania europeia? E em que consiste? Bastará a definição de Bruxelas, ou dever-se-á optar por um conceito mais lato, mais englobante? Eis algumas das

questões que terão conduzido a esta proposta de rede de excelência. Aos grupos de trabalho existentes nas diversas Universidades participantes foi previamente apresentada uma proposta de trabalho baseada num determinado número de temas relevantes: comunicação intercultural, espaço e território, tempo, língua, imagens, representações, lugares de memória, a Europa e o mundo extra-europeu, desigualdades e economia, a Europa e a escola e a Europa do rio. Deste modo, cada delegação deveria apresentar, no encontro de Créteil, os projectos de trabalho do seu grupo para, a partir daí, se poder iniciar um trabalho comum.

O meu objectivo, mais do que dar a conhecer esse trabalho (ou proposta de trabalho, para ser mais precisa), é questionar a sua pertinência; ou seja, de que modo serão os temas apresentados, a par do modo como se pretende que sejam trabalhados, suficientes para (re)definir a cidadania europeia? Será possível aprender a ser-se cidadão da Europa? Melhor dizendo, será a cidadania algo que se impõe ou ensina?

Organizado em módulos simultâneos, ou quase, o encontro de Paris permitiu estabelecer as linhas de força que deverão definir o trabalho a desenvolver. Essas linhas abrangem os diversos aspectos da vida nos países membros da UE. Relações laborais, relações entre diversas comunidades, incluindo o problema da imigração, questões linguísticas aos mais diversos níveis, desenvolvimento económico, relações com as nações não europeias, maioritariamente ex-colónias de países europeus, são algumas das questões mais relevantes. Importa ter em conta, por exemplo, que o indivíduo se desenvolve no seio de grupos diversos, com que se identifica, grupos que se constituem em territórios distintos. E é enquanto membro desses grupos que o seu comportamento enquanto cidadão se define. O indivíduo é, em primeiro lugar, cidadão de um país, mas é-o também de uma região, bem como de uma comunidade mais vasta, o que implica que assuma diversas funções, complementares ou conflituosas, dependendo de circunstâncias várias. Este indivíduo tem a sua existência associada a dois aspectos fulcrais da sua vida – o empreendimento e a cultura. O primeiro tem como objectivo principal o desenvolvimento económico, sendo que esse mesmo desenvolvimento é feito de acordo com o território em que se verifica e, concomitantemente, gera modificações nesse mesmo território. Por seu turno, a cultura funda-se numa constante partilha de crenças, valores, ou comportamentos, que se transmitem entre gerações. Não estamos, portanto, a falar de valores estáticos na vida do indivíduo, nem que possam ser considerados isoladamente, senão em conjunto e que importa analisar inseridos nos diversos aspectos que comportam – económico, social e político. Só a partir da conjugação destes aspectos e da influência que exercem sobre o indivíduo se pode definir (ou redefinir) a cidadania europeia.

Mas, como já foi referido, esta cidadania desenvolve-se num espaço cada vez mais vasto, mais alargado, o que implica a consideração de aspectos como as estruturas políticas e novos níveis de governação, os limites espaciais e as fronteiras entre Estados, a imigração, a noção de público e de privado e, ainda, as representações literárias do espaço. O primeiro aspecto deve ter em conta a distribuição de competências entre os diversos níveis de governação – local, regional, nacional, europeia. Há formas distintas de delegação de poderes e o reconhecimento dessa diversidade deverá ser o primeiro passo para uma definição de cidadania europeia, pois esta diversidade está na base das diferenças de articulação entre os níveis de governação nos países membros da UE. Relativamente aos limites espaciais, é evidente que o espaço, a paisagem, sofre inúmeras modificações ao longo do tempo, que afectam a percepção da cidadania; por outro lado, o espaço europeu cada vez mais se vê livre de fronteiras, facilitando uma maior circulação e, ainda, uma entrada de indivíduos

provenientes de regiões extra-europeias, o que não só afecta cultural e socialmente o espaço europeu, como também desenvolve outras questões, como o racismo, ou os conflitos entre os diversos grupos de imigrantes. Finalmente, o modo como este mesmo espaço tem sido visto pela literatura europeia, ou por escritores que escolheram viver na Europa: saliente-se a importância de literatura de viagens, abundante ao longo dos séculos, a par da questão da deslocação, voluntária ou não, tanto pela Europa, como para fora dela. A literatura é um meio assaz pertinente para se estudar o modo como se encara a Europa, podendo prestar um enorme contributo na questão fulcral da cidadania.

Associada a estes aspectos, encontra-se a questão do tempo. Tempo é memória e, no que toca às nações europeias, essa memória pode revestir-se de formas bastante distintas, consoante se verifique um maior, ou menor, recuo temporal. Memória que pode igualmente ser associada às imagens e às representações, à arquitectura, à arte, aos museus de uma Europa que, em si mesma é um todo uno e, simultaneamente, tão díspar. São inúmeras as relações espacio-temporais que se podem estabelecer na Europa, como locais de batalhas, grandes homens, arquitectura das suas cidades. São aspectos que, ao mesmo tempo que apresentam o carácter fortemente distinto das várias nações, também revelam a sua identidade, o seu sentimento de pertença. A herança cultural da Europa é algo de extremamente relevante, já que é ela que comporta o traço de união mais forte. No meio da sua diversidade, a Europa tem todo um conjunto de traços comuns, que remontam à Antiguidade, e que não devem ser descurados nesta tentativa de estabelecer uma nova identidade europeia.

Não se pode, contudo, falar em identidade europeia, em cidadania europeia, sem falar do mundo extra-europeu. Designação demasiado vasta (e vaga) para uma realidade que, na maioria dos casos, se cinge a antigos países colonizados por nações europeias, ou, pelo menos, sob o seu domínio. Não é uma distinção de somenos importância, dado que nem todas as nações europeias sentiam realmente que os povos por si dominados eram colónias. Muitas vezes consideravam que se tratava de um império, numa visão que perdurou ao longo dos séculos. Recordemos, a título de exemplo, o ensino em Portugal na época do Estado Novo, em que os estudantes não ouviam falar de colónias, mas de um Portugal continental, insular e ultramarino. No entanto, a relação com as ex-colónias não é exactamente igual para todas, importando distinguir as relações que a Europa mantém com países asiáticos ou africanos das que mantém com os países da América do Norte, por exemplo.

Por outro lado, há uma questão crucial que importa estudar: na actual Europa, fruto das diversas migrações, há uma tendência cada vez maior para desenvolver grupos comunitários distintos, criando na Europa um efeito de "mosaico" que se aproxima a passos largos dos Estados Unidos e que nos mostra uma Europa diferente da do passado, já não dominadora (política e culturalmente), mas como uma terra de acolhimento.

Muitos outros factores poderiam ainda ser abordados, e foram-no em Créteil; mas, considerando que se trata de um projecto, será melhor não focar todos, correndo o risco de nos tornarmos demasiado exaustivos. Há, contudo, um aspecto que gostaria de realçar: a questão do ensino. Poderá a cidadania europeia ser ensinada? É possível, nos dias de hoje, e desejável a transmissão, tanto no campo escolar, como fora dele, de um conjunto de saberes relevante para o que se pode designar por património cultural europeu. O desenvolvimento informático e a comunicação por via da internet permitem a criação de um banco de dados que inclua diversas áreas do saber, nomeadamente a história das ideias – não só políticas, mas também religiosas, ou filosóficas –, a par do

campo artístico, informação essa que não se deve restringir ao espaço europeu, mas antes abranger as relações da Europa com o já referido mundo extra-europeu. Deste modo, estar-se-ia a contribuir para a criação de uma vivência comunitária conjunta, ciente das semelhanças e diferenças das diversas nações constitutivas desta comunidade.

No entanto, para mim, a questão mantém-se: será realmente possível ensinar (e efectivar) uma noção de cidadania europeia? Muito embora a Europa seja, desde a Idade Média, uma unidade histórica, são inúmeras as discrepâncias existentes entre os diversos países europeus. Estabelecemos, frequentemente, uma clara distinção entre Europa do Norte e do Sul, que não se limita a aspectos culturais. Também, na sequência da Segunda Guerra Mundial, verifica-se uma diferença entre os países pertencentes ao ex-bloco de leste e os países ocidentais. Até que ponto, a consciência dessas diferenças poderá contribuir decisivamente para a noção de que, independentemente da nossa origem, todos nós pertencemos a uma comunidade mais vasta que, se construída de forma sólida, será indubitavelmente um factor crucial no nosso desenvolvimento. E, para os cépticos, termino lembrando que o mundo helenístico e a sua cultura sobreviveram em muito ao império de Alexandre, já que alguns dos seus aspectos souberam manter-se, ou reviver, em épocas muito distantes daquela.